



A3P

Ministério do Meio Ambiente – MMA
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC
Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis - DPCS
Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

Esplanada dos Ministérios – Bloco “B” – 9º andar
Cep 70068-900 – Brasília | DF
Telefone: (61) 2028-1500
www.mma.gov.br/a3p
e-mail: a3p@mma.gov.br



Como implantar a

A3P



AGENDA AMBIENTAL NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Presidente da República
Michel Temer

Ministro de Estado do Meio Ambiente
Sarney Filho

Secretário Executivo
Marcelo Cruz

**Secretário de Articulação
Institucional e Cidadania Ambiental**
Edson Duarte



Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC)
Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis (DPCS)



A3P

Brasília – DF | 2016
2ª Edição | Revista e atualizada





Ficha Técnica

Diretora de Produção e Consumo Sustentáveis

Raquel Breda

Gerente do Programa A3P

Dioclécio Luz

Concepção e Revisão

Ana Carla Leite de Almeida

Dioclécio Luz

Luciana Chueke Pureza

Marina Monteiro

Equipe Técnica e de Apoio

Fernanda Espíndola

Luiz Augusto Vitali

João Pedro Coppola Romancini

Monica Rocha de Souza

Valmir Rodrigues

Diagramação e Arte

João Pedro Coppola Romancini

Dados Internacionais para Catalogação na Publicação - CIP

B823a Brasil. Ministério do Meio Ambiente.

A3P / Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis. 2. ed., rev. e atual. __. Brasília: MMA, 2016.

24 p., il. (algumas color.).

1.Administração pública. 2.Responsabilidade socioambiental. 3.A3P. 4.Gestão pública. 5. Práticas de sustentabilidade socioambiental. I. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. II. Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis. III. Título.

CDU: 502.1:35(81)

Ministério do Meio Ambiente
Biblioteca







A3P



Sumário

Responsabilidade Socioambiental no Setor Público: a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P

O que é Responsabilidade Socioambiental? _____	6
Por que adotar um programa de Responsabilidade Socioambiental? _____	7
O que é A3P? _____	7
Como surgiu a A3P? _____	8
Quais são os objetivos da A3P? _____	9
Quais são os eixos temáticos da A3P? _____	10
Como a administração pública participa da A3P? _____	12

Implantando a A3P na sua instituição

1º Passo: Criar comissão gestora da A3P _____	15
2º Passo: Elaborar diagnóstico _____	16
3º Passo: Elaborar o programa de gestão ambiental _____	17
4º Passo: Mobilizar e Sensibilizar _____	18
5º Passo: Realizar a avaliação e o monitoramento _____	19

Sugestões de Ações para Implantação _____	20
--------------------------------------------------	-----------



Responsabilidade Socioambiental no Setor Público: a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P

O que é Responsabilidade Socioambiental?

Considerando-se que não existe um conceito único e universal que defina a Responsabilidade Socioambiental (RSA), a resposta a essa pergunta irá variar de acordo com quem irá respondê-la. Dependendo do país, da esfera de governo (federal, estadual ou municipal) ou do tipo de instituição considerada na análise, se pública ou privada, o conceito de RSA pode estar mais orientado para um dos três pilares da sustentabilidade: social, ambiental e econômico.

Desde a década de 80 o conceito de Responsabilidade Social tem sido proposto e divulgado por diferentes organizações não-governamentais e encontram-se, na sua maioria, voltados para a responsabilidade social no âmbito das atividades empresariais.

No que diz respeito às instituições do setor público, como não existe uma única definição para RSA, elas têm definido seus conceitos a partir de uma abordagem ampla e abrangente que envolva conjuntamente os três pilares da sustentabilidade.

O aspecto mais importante relacionado à RSA é entender que a responsabilidade socioambiental é mais do que um conceito, trata-se de um processo contínuo e progressivo de desenvolvimento de competências cidadãos para avanço em direção à sustentabilidade no âmbito da administração pública, com a assunção de responsabilidades sobre questões sociais e ambientais relacionadas a todos os públicos com os quais a instituição interage: trabalhadores, consumidores, governo, empresas, investidores e acionistas, organizações da sociedade civil, mercado e competição, comunidade e meio ambiente.





Por que adotar um programa de Responsabilidade Socioambiental?

Quando o assunto é RSA, é muito importante que as instituições públicas possam “dar o exemplo” na adoção de medidas que permitam a redução de impactos socioambientais negativos, contribuindo para a economia dos recursos públicos e beneficiando o meio ambiente com redução das emissões de CO₂ e menor volume de resíduos gerados.

O governo tem um papel estratégico no processo de RSA ao promover o diálogo entre os setores sociais e a conscientização da sociedade em geral sobre a importância da promoção e adoção de uma política de responsabilidade socioambiental.

A administração pública, na qualidade de grande consumidora de recursos naturais e bens e serviços nas suas atividades meio e finalísticas, assume um papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais de sustentabilidade socioambiental, por meio da sua capacidade regulamentadora e indutora de novos padrões e práticas.

A A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública - se constitui na principal iniciativa de construção de uma agenda de responsabilidade socioambiental governamental buscando estabelecer um novo padrão de responsabilidade nas atividades econômicas, sociais e ambientais na administração pública.

O que é A3P?

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa que visa implantar a responsabilidade socioambiental nas atividades administrativas e operacionais da administração pública. A A3P tem como princípios a inserção dos critérios socioambientais nas atividades regimentais, que vão desde uma mudança nos investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo até a uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, além de promover a melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho.

O programa tem por fundamento: As recomendações do Capítulo IV da Agenda 21 que indica aos países o “estabelecimento de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões



insustentáveis de consumo”; o Princípio 8 da Declaração do Rio/92 que afirma que “os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas”; Declaração de Johannesburgo que institui a “adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável”.

A história da A3P

A A3P surgiu em 1999 como um projeto do Ministério do Meio Ambiente, objetivando a revisão dos padrões de produção e consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas instituições da administração pública.

Dois anos após o lançamento do projeto, foi criado o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública, A3P, com o objetivo era sensibilizar os gestores públicos para a importância das questões ambientais, estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras.

Em 2002, a A3P foi reconhecida pela Unesco devido à relevância do seu trabalho e dos resultados positivos que obteve ao longo do seu desenvolvimento ganhando o prêmio “O melhor dos exemplos”, na categoria Meio Ambiente.

Diante da sua importância, a A3P foi incluída no PPA 2004/2007 como ação, no âmbito do programa de Educação Ambiental. Essa medida garantiu recursos para que a A3P possa ser efetivamente implantada e tornar-se um novo referencial de sustentabilidade das atividades públicas.

Com a reestruturação do Ministério do Meio Ambiente, a A3P integra hoje o Departamento de Produção e Desenvolvimento Sustentáveis (DPCS), da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC).

O novo arranjo institucional fortaleceu a A3P enquanto Agenda de Responsabilidade Socioambiental do Governo e passou a ser uma das principais ações para proposição e estabelecimento de um novo padrão de responsabilidade nas atividades econômicas na gestão pública que englobe a gestão ambiental, social e econômica.

Atualmente, o principal desafio da A3P é promover a Responsabilidade Socioambiental como política governamental auxiliando na integração da agenda de crescimento econômico com o desenvolvimento sustentável, por meio da inserção de princípios e práticas de sustentabilidade socioambiental, no âmbito da administração pública.



Quais são os objetivos da A3P?

A A3P tem como principal objetivo estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores para que os mesmos incorporem os critérios para gestão socioambiental em suas atividades rotineiras. A A3P também busca:

- Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais;
- Promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais;
- Reduzir o impacto socioambiental negativo causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional;
- Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais, no âmbito da administração pública;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida.



Quais são os eixos temáticos da A3P?

A A3P foi estruturada a partir de seis eixos temáticos prioritários:

Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

Usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em usá-los de forma econômica e racional evitando o seu desperdício. Este eixo engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente.

Gestão adequada dos resíduos gerados

Gestão adequada dos resíduos passa pela adoção da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. Dessa forma deve-se primeiramente pensar em reduzir o consumo e combater o desperdício para só então destinar o resíduo gerado corretamente.

Qualidade de vida no ambiente de trabalho

A qualidade de vida no ambiente de trabalho visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional.



Sensibilização e capacitação dos servidores

A sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades.

Licitações sustentáveis

A administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental nas suas compras. Licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis são importantes não só para a conservação do meio ambiente mas também apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério de menor preço.

Construções sustentáveis

Os edifícios públicos devem observar diretrizes socioambientais. As construções devem atentar para a origem da madeira utilizada, estruturas, conforto térmico e acústico, eficiência energética e estrutura de reuso de água.





Como a administração pública participa da A3P?

A Responsabilidade Socioambiental se inicia com a decisão de mudar e exige mudanças de atitudes e de práticas. O grande desafio consiste em transformar discurso em prática, intenção em compromisso. Os princípios da responsabilidade socioambiental demandam cooperação e união de esforços em torno de causas significativas e inadiáveis.

A A3P é uma iniciativa que demanda o engajamento individual e coletivo, a partir do comprometimento pessoal e a disposição para incorporar os conceitos preconizados, visando a mudança de hábitos e a difusão do programa.

Qualquer instituição da administração pública, de qualquer uma das esferas de governo, pode e deve implantar a A3P, basta decidir e promover as ações. Para auxiliar o processo

de implantação da agenda o Ministério do Meio Ambiente propõe aos parceiros interessados a sua institucionalização por meio da assinatura do Termo de Adesão que tem por finalidade integrar esforços para desenvolver projetos destinados à implementação da agenda. A assinatura do termo demonstra o comprometimento da instituição com a agenda socioambiental e a gestão transparente.

A A3P também conta com uma rede de participação chamada de “Rede A3P”. A Rede é um canal de comunicação permanente para promover o intercâmbio técnico, difundir informações sobre temas relevantes à agenda, sistematizar dados e informações sobre o desempenho ambiental das instituições, incentivar e promover programas de formação e mudanças organizacionais, permitindo a troca de experiências.

5Rs

Reduzir

Repensar

Reaproveitar

Reciclar

Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais





Implantando a A3P na sua instituição

A A3P é uma iniciativa que requer o engajamento individual e coletivo. É necessário o comprometimento pessoal e a disposição de incorporar os conceitos preconizados, para a mudança de hábitos e a difusão do programa.

Para auxiliar na implantação da A3P descrevemos os cinco passos que devem ser seguidos pelas instituições.



Passos para implantar a A3P

Passo
01 Criar a Comissão Gestora da A3P

Passo
02 Realizar um diagnóstico da instituição

Passo
03 Elaborar projetos e propor atividades

Passo
04 Promover a mobilização e sensibilização

Passo
05 Realizar a avaliação e o monitoramento das ações



1º Passo

Criar a comissão gestora da A3P

Essa Comissão ficará encarregada de sensibilizar os gestores sobre a importância da implantação do programa e fazer o planejamento, implantação e monitoramento das ações.

A Comissão deverá, sempre que possível, ser composta por pessoas de todas as áreas da instituição. Sugere-se que a Comissão tenha de 5 a 10 membros para facilitar a comunicação e o entendimento.

A Comissão deve ser institucionalizada por meio de instrumento legal pertinente. Ela deve ter um representante de cada secretaria/setor da instituição, medida fundamental para a obtenção de apoio multi-setorial no acompanhamento dos projetos e atividades.

As instituições que possuem filiais em

diferentes estados, ou no mesmo estado, mas distantes uma das outras, podem constituir sub-comissões que vão cuidar de implementar a A3P nas filiais. As sub-comissões devem ser formadas por servidores das filiais.

O envolvimento de atores locais é fundamental para a efetiva implantação. Neste caso, a Comissão Gestora deve ser formada por pelo menos um representante de cada sub-comissão para que possa haver troca de experiências entre as filiais e para que o programa seja unificado.



2º Passo

Elaborar diagnóstico

Depois de formada a Comissão, a primeira ação a ser realizada é fazer um diagnóstico, levantar os dados sobre a situação socioambiental da instituição.

O diagnóstico vai direcionar as medidas a serem adotadas de acordo com a necessidade de cada instituição auxiliando na logística de implantação do projeto. Nele deverá ser identificado o modelo de consumo e descarte dos recursos naturais e resíduos gerados além das informações sobre a situação atual da logística existente e estrutura física. Também deverão ser abordados os aspectos legais, a estrutura administrativa, a estrutura operacional, os aspectos sociais e os hábitos dos atores envolvidos.

O diagnóstico deve conter informações sobre aspectos de todos os eixos da A3P, com dados sobre o consumo de bens naturais, a política interna de gestão de resíduos até a avaliação dos programas de qualidade de vida e dos de sensibilização. Também deve ser avaliada a política

interna de compras para constatar se há algum direcionamento às licitações sustentáveis.

Através do diagnóstico pode-se identificar os pontos críticos; avaliar os possíveis desperdícios em relação ao consumo; os impactos ambientais gerados pela postura dos funcionários; o consumo dos recursos naturais e materiais de expediente; mapear os gastos da instituição.

Também é aconselhável fazer uma pesquisa de opinião com os funcionários para identificar os seus hábitos e assim direcionar melhor as campanhas de sensibilização.

O diagnóstico deve ser realizado pelos membros que compõem a Comissão e discutido com os demais atores envolvidos (gestores, servidores e terceirizados). Dessa forma o diagnóstico garante a participação efetiva dos atores produzindo conhecimento de forma coletiva com o intuito de garantir a sustentabilidade das ações adotadas.

3º Passo

Elaborar o programa de gestão socioambiental

Tendo o diagnóstico como base, o próximo passo a ser tomado na implantação da Agenda é elaborar um Programa de Gestão Socioambiental. O programa deve estabelecer, de forma documentada, os objetivos, as ações que serão implementadas e as metas.

As ações devem ser estabelecidas observando as oportunidades e os pontos críticos apontados pelo diagnóstico e devem ser descritas tendo como base os eixos temáticos da A3P. É importante fixar prazos para conferir um maior engajamento dos servidores no processo de implantação. Também devem ser descritos os recursos disponíveis para a implantação.

É recomendável que os objetivos sejam específicos e as metas mensuráveis para que se possa obter uma base de avaliação futura com vistas a melhoria contínua. Para um melhor controle, os resultados deverão

ser registrados e documentados sob a forma de tabelas, gráficos, relatórios e/ou fichas de acompanhamento das ações.

Após a definição dos objetivos, metas e respectivos planos de ação, é hora de implementá-los! Na etapa de implantação e operacionalização das atividades, para as quais a administração deverá disponibilizar recursos físicos e/ou financeiros para a compra de materiais ou de serviços específicos, assim como designar seus representantes específicos, com responsabilidade e autoridade definidas.

Nesta fase é importante identificar a necessidade de capacitação nas áreas de maior prioridade e começar a conscientizar e sensibilizar todos os funcionários para a importância da implantação da A3P.

4º Passo

Mobilizar e sensibilizar

O trabalho de mobilização e sensibilização é fundamental para a efetiva implantação da Agenda. Para executar esta etapa, a Comissão deve desenvolver um Plano de Sensibilização que contenha as ações que serão implementadas durante o ano. Do plano devem constar campanhas, cursos, publicação de material educativo entre outros, bem como as estratégias de comunicação para os diferentes setores incluindo os servidores e os funcionários da limpeza, copa, manutenção, etc.

Para que o plano seja efetivo, a sensibilização deve ser acompanhada de iniciativas para capacitação dos servidores e terceirizados. A capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais

nas questões relativas à gestão socioambiental e ao mesmo tempo fornece aos servidores oportunidade para desenvolver habilidades e atitudes para um melhor desempenho das suas atividades, valorizando aqueles que participam de iniciativas inovadoras e que buscam a sustentabilidade.

As Comissões de implantação devem ser criadas para direcionar as ações de sensibilização e mobilização de modo a satisfazer as necessidades primordiais da instituição com o intuito de incentivar a adoção, pelos servidores, de uma postura socioambientalmente correta. A mobilização não acaba: ela deve ser permanente e contínua, pois a mudança de hábitos depende do envolvimento de cada indivíduo.



5º Passo

Realizar a avaliação e o monitoramento

A Comissão gestora deverá avaliar e monitorar o desempenho ambiental de forma periódica, com o intuito de fornecer informações quanto à eficiência e eficácia do projeto. Através da avaliação e monitoramento é possível verificar o desempenho das ações; identificar falhas e pontos de melhoria; replanejar as atividades que não estão alcançando os resultados esperados. Um dos grandes problemas na avaliação e monitoramento das instituições é a falta de dados para qualificar/quantificar as ações implementadas. Para contornar esse problema é importante definir indicadores que possam mensurar os avanços alcançados pelas instituições.

Os indicadores funcionam como ferramentas de análise e acompanhamento dos processos atuando na base para a formulação de programas e ações e no acompanhamento e fiscalização da execução desses programas/ações.

Eles servirão para identificar variações; indicar necessidades e prioridades para a formulação, monitoramento e avaliação de programas e ações; entre outras funções.

No processo de planejamento eles podem fornecer um alto nível de especificidade facilitando a compreensão de cada parte do planejamento. No monitoramento os indicadores são importantes para avaliar o progresso da implantação de um plano verificando seu êxito e identificando os pontos críticos.

Os indicadores são ferramentas essenciais no processo de planejamento e monitoramento. Elas são relevantes na organização de um sistema de informações que irá facilitar a geração de novas informações, permitir comparações em diferentes níveis e a construção de cenários para subsidiar a formulação de políticas públicas para as diferentes instâncias ligadas à gestão ambiental.





Sugestões de ações para implantação



Uso racional dos recursos naturais / Combate ao desperdício



Consumo de papel

- Fazer levantamento e acompanhamento do consumo de papel usado para impressão e cópias;
- Realizar levantamento das impressoras que precisam de manutenção ou substituição;
- Realizar impressão de papel frente e verso;
- Confeccionar blocos de anotação (com papel usado só de um lado);
- Realizar campanha de uso racional do papel.
- Utilizar papel não-clorado ou reciclado.



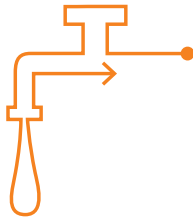
Consumo de energia

- Adotar as diretrizes propostas pelo programa Procel – Prédios Públicos que visa promover a economia e o uso racional da energia elétrica nas edificações públicas;
- Fazer diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo;
- Realizar levantamento e acompanhamento do consumo de energia;
- Propor a implantação de sensores de presença nos banheiros;
- Promover campanhas de conscientização;
- Desligar luzes e monitores na hora do almoço;
- Fechar as portas quando ligar o ar condicionado;
- Aproveitar as condições naturais do ambiente de trabalho – ventilação, luz solar;
- Desligar um dos elevadores em horários específicos;
- Implantar placas solares ou geradores de energia, por exemplo, para gerar sua própria energia.



Consumo de copos plásticos

- Promover campanhas de conscientização para uso de copos individuais não-descartáveis;
- Disponibilizar copos permanentes para todos os servidores;
- Eliminar o uso de copos plásticos.



Consumo de água

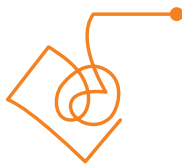
- Realizar levantamento sobre a situação das instalações hidráulicas e propor alterações necessárias para redução do desperdício;
- Instalar sistemas que aproveitem a água das chuvas;
- Realizar levantamento e acompanhamento do consumo de água;
- Promover campanhas de conscientização para o não desperdício da água.

Gestão de resíduos



Implementação da coleta seletiva

- Promover a implantação da coleta seletiva (de acordo com a Resolução do CONAMA n° 275 de 25 de abril de 2001 que estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva);
- Promover a destinação correta dos resíduos coletados.



Adequação ao Decreto Presidencial N° 5.940 de 25/10/2006

- Instituir uma comissão setorial de coleta seletiva com um representante por unidade e envolver outras instituições alocados no mesmo prédio ou condomínio;
- Realizar doação de materiais recicláveis para cooperativas de catadores de lixo.



Destinação adequada dos resíduos perigosos

- Direcionar corretamente os resíduos de saúde, lâmpadas fluorescentes, etc.

Sensibilização e capacitação



Elaborar plano de capacitação e formação da Comissão Gestora da A3P

- Realizar campanha de sensibilização dos servidores com divulgação na intranet, cartazes, etiquetas e informativos;
- Promover a capacitação e sensibilização por meio de palestras, reuniões, exposições, oficinas, etc;
- Produzir informativos referentes a temas socioambientais, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição.

Qualidade de vida no ambiente de trabalho



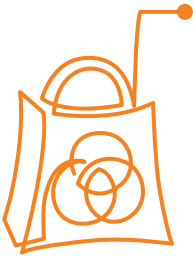
Implantar programas de qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho como por exemplo:

- Implantar programa de prevenção de riscos ambientais;
- Instituir comissão de prevenção de acidentes e brigadas de incêndio;
- Realizar a manutenção ou substituição de aparelhos que provocam ruídos ou dispersem poluentes no ambiente de trabalho;
- Promover atividades de integração no local de trabalho e qualidade de vida como: ginástica laboral, oficinas de talento, etc.





Licitações sustentáveis



Propor a aquisição de bens e materiais, bem como a contratação de serviços e projetos ambientalmente sustentáveis. Eis alguns exemplos:

- Comprar equipamentos ajustados às diretrizes do Procel;
- Comprar impressoras que imprimam frente e verso;
- Incluir no contrato de reprografia a impressão dos documentos em frente e verso;
- Comprar papel não-clorado ou reciclado;
- Incluir nos contratos de copeiragem e serviço de limpeza a adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos.
- Capacitação dos funcionários para desempenho de procedimentos de acordo com as regras da A3P.